



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TECNOLOGIA: antecedentes e perspectivas

Patrícia F. VIEIRA¹; Roger J. F. DUARTE²

RESUMO

Contextualizar um fato histórico nos permite visualizar o início de um processo e sua evolução, bem como propiciar perspectivas futuras. Não seria diferente com a política de inclusão educacional no Brasil. O trabalho é resultado da revisão bibliográfica de documentos acerca da inclusão. Promovendo um diálogo multidisciplinar entre as áreas da Legislação, História e Informática, contextualizando-os no processo histórico e vislumbrando perspectivas.

Palavras-chave: Inclusão; Contexto histórico; Inovação.

1. INTRODUÇÃO

O estudo pretende analisar a história da educação inclusiva no Brasil, tema em evidência no contexto atual. Para tal fim foi realizada análise sobre documentos que asseguram os direitos de educação de qualidade aos indivíduos com necessidades educacionais. A base de pesquisa foi um estudo bibliográfico da Declaração de Salamanca e artigos que discutem a situação atual bem como a história da educação inclusiva no Brasil. Ao analisar o contexto histórico da Educação Inclusiva no Brasil pode-se considerar dois momentos: antes e depois da Declaração de Salamanca.

Observa-se que o tema da Inclusão partiu da segregação e entendimentos errôneos até as concepções atuais. De acordo com (FOUCAULT, 2001) o tratamento dado aos tidos como “anormais”, que fugiam da tênue linha da aceitabilidade social, envolvia a dualidade entre assistencialismo e exclusão.

Em se tratando do Brasil, durante o período colonial houve uma preocupação com esse grupo (MENDES, 2006) lembra que com a finalidade de se recuperar os mutilados das Grandes Guerras, a educação de pessoas com deficiência ganhou visibilidade, mas que neste momento histórico, os cuidados eram de cunho assistencialista, ocorrendo em asilos e manicômios.

De acordo com (JANNUZZI, 2004) nos anos 50, o tema ganhou ênfase no Brasil, com a fundação de instituições voltadas às necessidades desse público. Algumas dessas Instituições foram criadas pelos pais e familiares das pessoas com deficiência, que preocupados com o futuro e sem a devida assistência uniram esforços em prol de um objetivo comum.

Durante esse percurso pode-se observar circunstâncias que produziam exclusão até a quebra de paradigmas como o uso de tecnologias assistivas para o desenvolvimento no indivíduo. Sobre esse ponto (LEVY, 1999) reforça que as tecnologias de informação e comunicação tem ganhado

¹Pós graduanda em Informática na Educação, IFSULDEMINAS – Campus Machado. E-mail: patriciafaria@alunos.ifsuldeminas.edu.br

²Professor/Orientador em Informática na Educação, IFSULDEMINAS – Campus Machado. E-mail: roger.humanas@gmail.com.br

importância em nossa cultura e seu uso tornou-se instrumento de inclusão.

A partir de um segundo momento histórico (DELOU, 2010) afirma que logo após a situação de segregação, os deficientes passam a ser reconhecidos como pessoas que necessitam de respeito e educação de qualidade.

Há políticas públicas que incentivam o uso de tecnologias na Educação Especial, é importante salientar também o uso de aplicativos e ferramentas que auxiliam na comunicação e aprendizagem como, por exemplo, o *Hand Talk*, o *UBook* e o *Domlexia*.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho é a bibliográfica que consiste na seleção de documentos visando suas análises a fim de absolver através dos dados obtidos informações importantes sobre o processo que envolva a educação especial e inclusiva e suas perspectivas atuais interligadas a tecnologia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o estudo pode-se observar os seguintes documentos e fatos:

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º determina que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Estabelece ainda o acesso à Educação.

A Declaração de Salamanca que trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais. Mudanças nas concepções e legislação sobre deficiência intelectual, espectro autista, o uso de recursos tecnológicos e a adoção de Braile e Libras.

Como fatos importantes ressalta-se a Fundação de Instituições civis nos anos 50 voltadas ao tema; o uso do método Montessori e a atuação de Nise da Silveira e Maria Montessori.

5. CONCLUSÃO

O Brasil possui um bom aparato legal no tange à inclusão, haja vista a legislação e as ações afirmativas em torno do tema, mas ainda fazem-se necessárias adaptações estruturais, revisão constante de políticas públicas, aos docentes formação contínua, problematização da aplicabilidade e inclusão social e digital dos indivíduos.

Ao longo da história do Brasil houve mudanças nas práticas educacionais, nas estruturas de atendimento e no uso de recursos que auxiliam na autonomia, independência e plenitude da vida dos indivíduos, mas ainda temos objetivos a alcançar. Observa-se a mudança no discurso, nos

termos e práticas direcionados à Inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2023.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. **Origem e Cronologia da Educação Especial no Brasil**. Escola de Inclusão, 2023. Disponível em: <http://escoladeinclusao.sites.uff.br/origem-e-cronologia-da-educacao-especial-no-brasil/>. Acesso em: 27 Jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, 2006. Disponível em: Acesso em: 23 jul. 2023.

SALAMANCA. DECLARAÇÃO DE: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 23 jul. 2023.